**SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC**

**MODELO DE REGULAMENTO DE PLANO NA MODALIDADE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA**

**PARA ENTES FEDERATIVOS**

***Observações relativas à utilização do modelo padrão:***

**O modelo tem vários dispositivos opcionais – destacados em vermelho – que poderão constar ou não do Regulamento, a exemplo de categorias de Participantes e outros, a depender da decisão da Entidade, sem descaracterizar o modelo padrão e a possibilidade de Licenciamento Automático na forma prevista na Resolução Previc nº 23, de 2023.[[1]](#footnote-1)**

**Uma vez que tenha a Entidade optado por não incluir matéria considerada opcional no Regulamento, os dispositivos a ela relacionados devem, necessariamente, ser excluídos do regulamento. Nesse caso, a Entidade deverá atentar-se para renumeração dos dispositivos subsequentes, se for o caso, bem como para a exclusão de qualquer referência ao tema ao longo do texto regulamentar.**

**Os dispositivos variáveis do modelo (datas, percentuais, etc), são obrigatórios, mas podem ser adaptados à situação específica da Entidade e do plano e estão registrados “entre parênteses” e destacados em azul.**

Versão: Setembro/2024

SUMÁRIO

GLOSSÁRIO 3

CAPÍTULO I - DA FINALIDADE 5

CAPÍTULO II - DOS MEMBROS 5

CAPÍTULO III - DAS FONTES DE CUSTEIO DOS BENEFÍCIOS 8

CAPÍTULO IV - DO CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS 11

CAPÍTULO V - DAS CONTAS 11

CAPÍTULO VI - DOS BENEFÍCIOS 12

CAPÍTULO VII - DA CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA [opcional] 14

CAPÍTULO VIII - DOS INSTITUTOS LEGAIS 15

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 19

# GLOSSÁRIO

**Assistido** - O Participante ou seu Beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada previsto no Regulamento.

**Autopatrocínio** - Instituto que faculta ao Participante a manutenção do valor de sua contribuição e a do Patrocinador, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes àquela remuneração, observadas as disposições regulamentares.

**Beneficiário** - Pessoa designada pelo Participante ou Assistido, nos termos do Regulamento, para fins de recebimento de benefícios em decorrência de seu falecimento.

**Benefício Proporcional Diferido** - Instituto que faculta ao Participante, em razão da cessação do vínculo funcional com o Patrocinador, antes da aquisição do direito ao Benefício de Aposentadoria, optar por receber, em tempo futuro, o benefício decorrente dessa opção.

**Cobertura por Sobrevivência** - Valor a ser pago ao Participante, na forma de renda ou pagamento único, em decorrência da sua sobrevivência ao fim do pagamento de um dos benefícios de prestação continuada, assegurado por contrato de seguro firmado entre a Entidade e sociedade seguradora. [opcional]

**Conselho Deliberativo** - É a instância máxima da Entidade, responsável pela definição das políticas e estratégias, dentre as quais a política geral de administração da Entidade e de seus planos de benefícios, conforme disposto em seu Estatuto Social.

**Convênio de Adesão** - Instrumento que formaliza a relação contratual entre os Patrocinadores e a entidade fechada de previdência complementar, vinculando-os a um determinado plano de benefícios.

**Cota ou Cota patrimonial** - Fração do patrimônio atualizada pela rentabilidade dos investimentos, que permite apurar a participação individual de cada Participante ou Assistido no patrimônio total do plano de benefícios.

**Entidade ou EFPC** - (Nome da Entidade).

**Entidade de origem** - Aquela que administra o plano de benefícios ao qual está vinculado o Participante.

**Entidade de destino** - Aquela que administra o plano de benefícios para o qual o Participante pretende transferir seus recursos.

**Extrato previdenciário** - Documento disponibilizado pela Entidade ao Participante, por meio físico ou eletrônico, em decorrência da sua solicitação ou da cessação do vínculo com o Patrocinador, com informações para subsidiar sua opção pelos institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido, da Portabilidade ou do Resgate.

**Fase de Diferimento** - Corresponde à fase de acumulação de recursos no Plano de Benefícios;

**Fundo Administrativo** - Fundo constituído pela diferença apurada entre as receitas e as despesas da Gestão Administrativa, destinado à cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pela Entidade na administração dos seus planos de benefícios de caráter previdenciário, na forma do regulamento do plano de gestão administrativa.

**Índice do Plano** - Indexador utilizado para refletir a atualização do valor dos benefícios do plano (Índice do Plano - exemplos: INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor; IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

**Parcela de Risco** - Valor contratado individualmente por Participante ou Assistido junto à sociedade seguradora, por meio da EFPC, limitado por este Regulamento, custeado paritariamente pelo Participante e pelo Patrocinador, destinado a compor a Conta de Participante nos casos de invalidez ou morte do participante ou a Conta de Assistido no caso de morte do assistido [opcional]

**Parcela Adicional de Risco** - Valor contratado individualmente por Participante ou Assistido junto à sociedade seguradora, por meio da Entidade, custeado apenas pelo Participante ou Assistido, destinado a compor a Conta de Participante nos casos de invalidez ou morte do participante ou a Conta de Assistido no caso de morte do assistido.[opcional]

**Participante** - Pessoa física que, na qualidade de servidor ou equiparado, aderir ao Plano, nos termos e condições previstas no Regulamento.

**Patrocinador** - O ente federativo e seus respectivos poderes, regularmente constituídos, que aderirem a este Plano, mediante celebração de convênio de adesão.

**Plano ou Plano de Benefícios** - Conjunto de direitos e obrigações reunidos no Regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciários aos seus Participantes e Assistidos, mediante a constituição de reservas decorrentes de contribuições do Patrocinador e dos Participantes e da rentabilidade dos investimentos.

**Plano de Custeio** - Instrumento por meio do qual é estabelecido o nível de contribuição necessário para o custeio dos benefícios e das despesas administrativas do Plano.

**Portabilidade** - Instituto que faculta ao Participante transferir os recursos financeiros correspondentes ao seu direito acumulado para outro plano de benefícios de caráter previdenciário administrado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano.

**Regulamento do Plano ou Regulamento** - Documento que define os direitos e obrigações dos membros do Plano.

**Resgate** - Instituto que faculta ao Participante receber, durante a fase de diferimento, o valor decorrente dos recursos vertidos em seu nome no plano de benefícios, nas condições previstas no Regulamento.

**Salário de Participação** - Valor da remuneração ou subsídio do Participante sobre o qual incidem as contribuições ao Plano, conforme definido no Regulamento.

**Taxa de Administração** - Percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores do Plano, para fins de custeio das despesas administrativas da Entidade com o Plano.

**Taxa de Carregamento** - Percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos, para fins de custeio das despesas administrativas da Entidade com o Plano.

**Termo de Opção** - Documento por meio do qual o Participante exerce a opção pelos institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido, da Portabilidade ou do Resgate, nas condições previstas no Regulamento.

**Termo de Portabilidade** - Documento emitido pela entidade de origem, em meio físico ou eletrônico, no qual são registradas as informações necessárias para a efetivação do instituto da Portabilidade, nos termos da legislação vigente.

**Teto do RGPS** - Valor correspondente ao limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social.

# CAPÍTULO I - DA FINALIDADE

Art. 1° Este Regulamento tem por finalidade instituir o (Nome do Plano de Benefícios), doravante denominado Plano, para os servidores do(s) Patrocinador(es), administrado pela (Nome da Entidade), doravante denominada Entidade.

Parágrafo único. O Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

# CAPÍTULO II - DOS MEMBROS

Art. 2° São membros do Plano:

I - o(s) Patrocinador (es);

II - os Participantes;

III - os Assistidos; e

IV - os Beneficiários.

**Seção I - Do Patrocinador**

Art. 3° É considerado Patrocinador o ente federativo e seus respectivos poderes, regularmente constituídos, que aderirem a este Plano, mediante celebração de convênio de adesão.

**Seção II - Dos Participantes e Assistidos**

Art. 4° É considerado Participante a pessoa física que se enquadre em uma das seguintes categorias:

I - Participante Ativo: aquele que, na qualidade de servidor ou equiparado no Patrocinador, aderir ao Plano e a ele permanecer vinculado, observadas as condições dispostas nos §§ 1º e 2º deste artigo;

II - Participante Autopatrocinado: aquele que, estando na condição de Participante, optar pelo instituto do Autopatrocínio; e

III - Participante Vinculado: aquele que, estando na condição de Participante, optar pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido.

§ 1º São Participantes Ativos Patrocinados os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo vinculados ao Patrocinador, inscritos no Plano, cuja remuneração seja superior ao Teto do RGPS e que atendam pelo menos uma das seguintes condições:

I - tenham sido admitidos no serviço público após o início de vigência do correspondente regime de previdência complementar; ou

II - tenham sido admitidos no serviço público até o dia anterior ao início de vigência do correspondente regime de previdência complementar e que a ele venham a optar, conforme § 16 do artigo 40 da Constituição Federal.[opcional]

§ 2º São Participantes Ativos Facultativos os servidores vinculados ao Patrocinador, inscritos no Plano, e que atendam pelo menos uma das seguintes condições: [opcional]

I - tenham sido admitidos no serviço público após o início de vigência do correspondente regime de previdência complementar e cuja remuneração seja igual ou inferior ao Teto do RGPS; [opcional]

II - tenham sido admitidos no serviço público até o dia anterior ao início de vigência do correspondente regime de previdência complementar e que a ele não venham a optar; ou [opcional]

III - servidores públicos não ocupantes de cargo efetivo vinculados ao Patrocinador. [opcional]

§ 3º Os Participantes Ativos Facultativos não possuem direito a contrapartida de contribuição do Patrocinador. [Incluir se houver opção pelo § 2º]

§ 4º Os Participantes Ativos Facultativos devem ser enquadrados como Participante Ativo Patrocinado na hipótese de atendimento às condições do § 1º deste artigo. [Incluir se houver opção pelo § 2º.]

Art. 5° É considerado Assistido o Participante ou seu Beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada assegurado pelo Plano.

**Seção III - Dos Beneficiários**

Art. 6° São Beneficiários as pessoas designadas pelo Participante ou Assistido inscritas no Plano de Benefícios, para fins de recebimento do Benefício por Morte do Participante ou Assistido.

§ 1º Compete ao participante promover a inscrição de seus Beneficiários, por meio físico ou digital, podendo fazê-lo no ato da inscrição ou a qualquer tempo.

§ 2º No caso de haver designação de mais de um Beneficiário, o Participante ou o Assistido deve informar, por escrito, o percentual do rateio do benefício que cabe a cada um deles.

§ 3º Não havendo indicação da proporcionalidade do rateio, este deve ser feito em partes iguais aos Beneficiários designados.

§ 4º O Participante ou o Assistido podem, a qualquer tempo, alterar a relação de Beneficiários e o percentual do rateio do benefício mediante comunicação formal através de formulário próprio disponibilizado pela Entidade, por meio físico ou eletrônico.

**Seção IV - Da Inscrição**

Art. 7° A inscrição do Participante no Plano é imprescindível à obtenção de qualquer benefício ou direito a instituto por ele assegurado.

Art. 8° A inscrição é facultativa e se realiza mediante preenchimento de formulário fornecido pela Entidade.

§ 1º No ato da inscrição deve ser disponibilizado ao Participante o certificado, um exemplar do Estatuto da Entidade e do Regulamento do Plano, além de material explicativo que descreva em linguagem simples as características do Plano, por meio físico ou digital.

§ 2º O certificado deve conter, no mínimo:

I - os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de Participante;

II - os requisitos de elegibilidade aos benefícios; e

III - as formas de cálculo dos benefícios.

(Redação Opcional da Seção IV – com inscrição automática)

Art. 7° A inscrição do Participante no Plano é imprescindível à obtenção de qualquer benefício ou direito a instituto por ele assegurado.

Art. 8º A inscrição é facultativa e realizada de forma:

I - convencional, por iniciativa do Participante, e formalizada por meio de documento impresso, transação remota ou pagamento voluntário da primeira contribuição; ou

II - automática, por iniciativa do Patrocinador, para os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, admitidos no serviço público após o início de vigência do correspondente regime de previdência complementar e cuja remuneração seja superior ao Teto do RGPS, no momento da data de entrada em exercício.

§ 1º No caso da modalidade de inscrição de que trata o inciso II, o Participante passa a ter todos os direitos previstos neste regulamento, (com base na alíquota máxima definida nos termos deste regulamento e do plano de custeio do plano de benefícios.)

§ 2º A entidade deve disponibilizar ao Participante o certificado de inscrição, o Estatuto da Entidade e do Regulamento do Plano, além de material explicativo que descreva em linguagem simples as características do Plano, por meio físico ou digital:

I - no momento da inscrição, quando realizada de forma convencional;

II - no prazo de até sessenta dias a contar da inscrição automática.

§ 3º O certificado deve conter, no mínimo:

I - os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de Participante;

II - os requisitos de elegibilidade aos benefícios; e

III - as formas de cálculo dos benefícios.

§ 4º Em se tratando de inscrição automática, a entidade deve, no prazo mencionado no inciso II do § 2º, comunicar ao Participante, por qualquer meio que assegure sua ciência, inclusive digital:

I - que a inscrição no plano de benefícios implica autorização para o desconto periódico da contribuição devida pelo Participante e aporte da contrapartida do Patrocinador, nos termos deste regulamento e do plano de custeio do plano de benefícios; e

II - que o Participante pode manifestar, em até cento e vinte dias contados da data da inscrição, o desejo de que a inscrição automática seja tornada sem efeito.

§ 5º O silêncio ou inércia do Participante no período previsto no inciso II do § 4º implica sua anuência à inscrição no plano de benefícios.

§ 6º Na hipótese da inscrição se tornar sem efeito, mediante manifestação expressa de desistência do Participante inscrito automaticamente, no prazo de que trata o inciso II do § 4º, é assegurado o direito à restituição de contribuições pessoais vertidas, atualizadas (pela variação da cota do plano), a ser paga em até sessenta dias contados da data do protocolo do pedido de desistência na Entidade.

§ 7º As contribuições realizadas pelo Patrocinador devem ser restituídas à respectiva fonte pagadora no mesmo prazo e condições previstos no § 6° deste artigo.

§ 8º A entidade é responsável pela restituição das contribuições ao Participante, cuja operacionalização deve ser realizada por meio do Patrocinador.

§ 9º A restituição das contribuições em virtude da desistência da inscrição prevista no § 6° não caracteriza resgate.

§ 10. Caso a entidade não cumpra as obrigações decorrentes da inscrição automática de que trata o inciso II do **caput**, o Participante pode manifestar sua desistência a qualquer tempo, aplicando-se o disposto neste regulamento em relação à desistência.

§ 11. Após o período previsto no inciso II do § 4º, é direito do Participante requerer, a qualquer tempo e antes de entrar em gozo de benefício, o cancelamento de sua inscrição no plano de benefícios, nos termos deste regulamento.

(§ 12. A opção de que trata o inciso II do **caput** deste artigo será aplicada somente àqueles Patrocinadores que decidirem por sua implantação em relação aos seus respectivos servidores, devendo tal decisão ser formalizada através do respectivo convênio de adesão.)[[2]](#footnote-2)

**Seção V - Do Cancelamento da Inscrição**

Art. 9º É cancelada a inscrição do Participante que:

I - requerer;

II - falecer;

III - deixar de pagar três contribuições básicas consecutivas ou seis alternadas no período de vinte e quatro meses; ou

IV - desligar-se do Patrocinador, ressalvada a opção pelos institutos do Autopatrocínio ou do Benefício Proporcional Diferido.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III, o cancelamento da inscrição será precedido de notificação, que concederá (xx)(número por extenso) dias de prazo para o Participante regularizar sua situação junto ao Plano.

Art. 10. Ressalvado o caso de falecimento do Participante, o cancelamento da sua inscrição importa no cancelamento e na imediata perda dos direitos dos seus Beneficiários, dispensado, em todos os casos, qualquer aviso ou notificação.

Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos I e III do artigo 9º, o Participante fará jus ao instituto do Resgate de que trata a Seção IV do Capítulo VIII, quando da cessação do vínculo funcional com o Patrocinador.

# CAPÍTULO III - DAS FONTES DE CUSTEIO DOS BENEFÍCIOS

Art. 11. Os benefícios oferecidos pelo Plano são custeados pelas seguintes fontes de receita:

I - Contribuição dos Participantes;

II - Contribuição do(s) Patrocinador(es);

III - Recursos financeiros objeto de portabilidade, recepcionados pelo Plano;

IV - Resultados dos investimentos dos bens e valores patrimoniais; e

V - Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes, observado o disposto no § 3º do art. 202 da Constituição Federal.

Art. 12. O custeio do Plano deve ser estabelecido considerando os percentuais aplicáveis sobre o Salário de Participação nas condições e nos limites previstos no Plano de Custeio e na legislação vigente.

§ 1º Entende-se por Salário de Participação:

I - para o Participante Ativo Patrocinado, a parcela de sua remuneração ou subsídio que exceder o Teto do RGPS;

II - para o Participante Ativo Facultativo, o valor da remuneração ou do subsídio do Participante; ou [opcional]

III - para o Assistido, a renda mensal que lhe for assegurada por força deste Regulamento.

§ 2º O Salário de Participação, acrescido do Teto do RGPS, não poderá exceder o limite que dispõe o inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 13. O Salário de Participação do Participante vinculado a dois ou mais Patrocinadores será a soma dos salários recebidos de cada uma delas, observado o disposto no § 2º do artigo 12.

Art. 14. O Salário de Participação do Participante Autopatrocinado e do Participante Vinculado deve ser aquele referente ao mês imediatamente anterior ao da perda do vínculo com o Patrocinador ou da perda ou redução da remuneração, atualizado no mês de (mês de atualização) de cada ano, de acordo com a (variação do Índice do Plano).

**Seção I - Das Contribuições**

Art. 15. O Participante contribui para o Plano por meio de:

I - Contribuição Básica: mensal e obrigatória, com alíquota por ele fixada na data de inscrição no Plano, em percentual compreendido entre (percentual mínimo da Contribuição Básica[[3]](#footnote-3)) % e (percentual máximo da Contribuição Básica) % do Salário de Participação do Participante, com intervalos mínimos de (percentual do intervalo) %;

II - Contribuição Adicional: mensal e facultativa, determinada pela aplicação de percentual livremente escolhido pelo Participante, desde que não inferior a (percentual mínimo da Contribuição Adicional) %, incidente sobre o Salário de Participação;

III - Contribuição Voluntária: esporádica e facultativa, de valor livremente escolhido pelo Participante;

IV - Contribuição de Risco: mensal, a ser paga no caso de opção pela Parcela de Risco, enquanto houver contrato de seguro vigente, cujo valor ou alíquota será definido no Plano de Custeio; e [opcional]

V - Contribuição Adicional de Risco: mensal, a ser paga no caso de opção pela Parcela Adicional de Risco, enquanto houver contrato de seguro vigente, cujo valor ou alíquota será definido no Plano de Custeio. [opcional]

§ 1º Observados os limites fixados no Regulamento, o Participante pode, mediante solicitação à Entidade, alterar os percentuais de Contribuição Básica e Adicional, no(s) mês(es) de (mês ou meses de alteração) de cada ano, aplicando-se o novo percentual a partir do (mês ou meses de aplicação do novo percentual) do (mesmo ano/ano subsequente).

§ 2º O Participante deverá solicitar formalmente à Entidade o aporte das contribuições de caráter facultativo previstas nos incisos II e III.

Art. 16. O Patrocinador contribui para o Plano por meio de:

I - Contribuição Básica: mensal e obrigatória, de valor equivalente a (percentual[[4]](#footnote-4)) % da Contribuição Básica do Participante; e

II - Contribuição de Risco: mensal e obrigatória, cujo valor ou alíquota deve ser definida no Plano de Custeio. [opcional].

§ 1° As contribuições do Patrocinador em favor do Participante cessam automaticamente a partir da data do encerramento do vínculo funcional do servidor com o Patrocinador ou do cancelamento de sua inscrição no Plano.

§ 2° O valor da Contribuição Básica, acrescida, quando for o caso, da Contribuição de Risco [opcional] do Patrocinador, em hipótese alguma pode exceder a Contribuição Básica, acrescida da Contribuição de Risco [opcional] do Participante, e está limitado a (xx) (percentual por extenso) % do Salário de Participação de cada Participante.

§ 3° Não há qualquer contribuição do Patrocinador em nome do Participante em licença não remunerada, do Participante Ativo Facultativo, do Participante Vinculado e do Participante Autopatrocinado, ressalvado o caso deste último, se decorrente de perda parcial de remuneração, para o qual há contrapartida de Contribuição Básica e Contribuição de Risco[opcional] do Patrocinador sobre parcela do Salário de Participação efetivamente recebida.

§ 4º A Contribuição Básica e a Contribuição de Risco do Patrocinador, se houver, não podem exceder, em hipótese alguma, o valor da Contribuição Básica e da Contribuição de Risco do Participante, respectivamente.

Art. 17. O Patrocinador deve recolher as contribuições mensais de sua responsabilidade à Entidade juntamente com as contribuições retidas dos Participantes, constantes da folha de pagamento até o (dia de referência) (dia de referência por extenso) dia útil do mês subsequente ao do mês da respectiva competência.

§ 1° As contribuições dos Participantes Autopatrocinados e dos Vinculados devem ser por eles recolhidas no mesmo prazo, diretamente à Entidade.

§ 2° A inobservância do prazo disposto no **caput** deste artigo sujeita o responsável pelo recolhimento ao pagamento do valor correspondente a sua obrigação, atualizado pela variação da cota patrimonial do Plano no período compreendido entre a data devida para o recolhimento das contribuições e a data do efetivo pagamento, além da incidência de multa de (xx) (número por extenso) % sobre o valor corrigido das referidas contribuições em atraso.

§ 3° As contribuições devidamente atualizadas a que se referem o § 2° deste artigo devem ser destinadas de acordo com sua finalidade e o valor da multa para o Fundo Administrativo.

Art. 18. O Participante em licença não remunerada pode, mediante requerimento, suspender o aporte da Contribuição Básica, da Contribuição de Risco ou da Contribuição Adicional de Risco, caso tenha optado, [opcional]para o Plano por no máximo (xx) (número por extenso) meses ininterruptos ou não, no período de (xx) (número por extenso) meses, sem prejuízo da manutenção de sua inscrição.

§1º Durante o período de suspensão de que trata o **caput** deste artigo, o Participante deve compartilhar o custeio das despesas administrativas por meio de Taxa de Administração específica mencionada no § 2º do art. 19, incidente sobre o Saldo Total apurado ao final de cada mês, cujo percentual deve ser definido anualmente no Plano de Custeio, baseado em critérios uniformes e não discriminatórios e amplamente divulgado aos Participantes e Assistidos nos termos da legislação aplicável.

§ 2º Durante o período de suspensão da Contribuição de Risco ou da Contribuição Adicional de Risco também ficam suspensas as coberturas de risco contratadas. [opcional]

# CAPÍTULO IV - DO CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Art. 19. As despesas administrativas, relacionadas com a gestão do Plano, podem ser custeadas por:

I - Taxa de Carregamento incidente sobre a soma das contribuições dos Participantes e do(s) Patrocinador(es);

II - Taxa de Carregamento incidente sobre o valor dos benefícios pagos pelo Plano aos Assistidos;

III - Taxa de Administração;

IV - Receitas Administrativas;

V - Fundo Administrativo; e

VI - Doações, observado o disposto no § 3º do art. 202 da Constituição Federal.

§ 1º O Conselho Deliberativo da Entidade, a partir de proposta fundamentada da Diretoria Executiva, deve definir a Taxa de Administração e a Taxa de Carregamento, cujos percentuais devem ser estabelecidos anualmente no Plano de Custeio e amplamente divulgados aos Participantes, Assistidos e Patrocinadores, nos termos da legislação vigente.

§ 2º O Plano de Custeio deve definir uma Taxa de Administração específica para o compartilhamento do custeio das despesas administrativas por parte do Participante Vinculado e do Participante em licença não remunerada que tenha optado pela suspensão das contribuições, nos termos do art. 18, a qual incide sobre o respectivo Saldo Total, apurado ao final de cada mês.

# CAPÍTULO V - DAS CONTAS

Art. 20. Os recursos previstos nos incisos I a III do art. 15 e no inciso I do art. 16 são transformados em cotas patrimoniais do Plano, e comporão a Conta de Participante, a Conta de Patrocinador e a Conta de Portabilidade, para cada Participante.

§ 1° A Conta de Participante é constituída pelo somatório das subcontas:

I - Subconta de Participante - SCPB: constituída dos recursos decorrentes da Contribuição Básica, aportadas pelo Participante, descontada a Taxa de Carregamento e acrescido o retorno dos investimentos.

II - Subconta de Participante - SCPA: constituída dos recursos decorrentes da Contribuição Adicional e da Contribuição Voluntária, aportadas pelo Participante, descontada a Taxa de Carregamento e acrescido o retorno dos investimentos.

§ 2° A Conta de Patrocinador é constituída pelos recursos obtidos da Contribuição Básica de Patrocinador, descontada a Taxa de Carregamento, e dos retornos dos investimentos.

§ 3° A Conta de Portabilidade, em nome de cada Participante, é constituída pelos valores portados de outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de sociedade seguradora, dividida em subconta de entidade aberta e subconta de entidade fechada, as quais devem ser ainda segregadas relação às contribuições de Participante e de Patrocinador, de acordo com sua origem.

§ 4°  A soma dos saldos da Conta de Participante, da Conta de Patrocinador e da Conta de Portabilidade constituirão o Saldo Total.

§ 5° A Conta de Assistido deve ser constituída na ocasião da concessão de um dos benefícios de que trata o Capítulo VI, por meio da transferência do Saldo Total do Participante, da Parcela de Risco e da Parcela Adicional de Risco, quando for o caso, [opcional], observado o disposto no art. 24.

Art. 21. As cotas patrimoniais das Contas possuem o valor original de R$1,00 (um real) cada, na data de início de vigência do Regulamento.

Parágrafo único. O valor da cota deve ser atualizado (periodicidade de atualização {diariamente, quinzenalmente ou mensalmente}) pela rentabilidade líquida alcançada com a aplicação dos recursos.

Art. 22. A movimentação das Contas de que trata o art. 20 deve ser feita em moeda corrente e em cotas.

# CAPÍTULO VI - DOS BENEFÍCIOS

**Seção I - Do Benefício de Aposentadoria**

Art. 23. O Benefício de Aposentadoria é devido ao Participante que o requerer, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - estar em gozo do benefício de aposentadoria concedido pelo regime de previdência do ente federativo a que estiver vinculado;

II - (número de contribuições, mínimo de 60 contribuições mensais) (número de contribuições por extenso) contribuições ao Plano; e

III - cessação do vínculo funcional com o Patrocinador.

§ 1º O benefício de que trata o **caput**, em relação aos Autopatrocinados e aos Vinculados, é devido a partir da data em que se tornaria elegível caso mantivesse a sua inscrição no Plano na condição anterior à opção pelo instituto.

§ 2º O Benefício de Aposentadoria é devido a partir da data do protocolo do requerimento pelo Participante na Entidade.

Art. 24. Ao Participante é facultada a opção por receber, no momento do requerimento do benefício, o valor correspondente a até ((xx - máximo de 25)) (percentual por extenso)% do Saldo Total do Participante em pagamento único, sendo o valor restante transferido para a Conta de Assistido.

Parágrafo único. É facultado ainda ao Participante, na data do requerimento do benefício, a opção pela contratação da cobertura por sobrevivência, observado o limite máximo definido pelo Conselho Deliberativo, que deve ser assegurada por sociedade seguradora emitente da apólice de seguro contratada pela Entidade na forma do disposto no Capítulo VII. [opcional]

Art. 25. O Benefício de Aposentadoria deve ser calculado com base no saldo da Conta de Assistido, conforme definição formal do Participante na data do requerimento do benefício, por uma das opções a seguir descritas:

I - Renda em percentual do saldo de conta: calculada pela aplicação de um percentual entre (xx)% e (xx )%, a critério do Participante, sobre o saldo de Conta de Assistido, com variação em intervalos de (xx)%, a ser paga enquanto houver saldo; ou

II - Renda em cotas por prazo certo: calculada pela transformação do saldo de Conta de Assistido em renda mensal financeira, a ser paga pelo prazo de (xx - mínimo de 60 meses) a (xx) meses, a critério do Participante.

§ 1º O percentual de que trata o inciso I do **caput** deste artigo, utilizado para o cálculo do benefício inicial e dos benefícios subsequentes, deve assegurar o pagamento do benefício no prazo mínimo total de 60 (sessenta meses), contados da data de início do benefício.

§ 2° O valor do benefício mensal é apurado considerando o valor da cota do último dia do mês imediatamente anterior ao da sua competência.

§ 3° Após a concessão do benefício, mediante requerimento, o Assistido pode alterar a forma de recebimento do benefício entre as opções a que se referem os incisos I e II do **caput**, bem como o percentual ou o prazo escolhido, no mês de (mês de referência) de cada ano, para vigorar a partir do exercício seguinte, observado o prazo mínimo total de sessenta meses de pagamento do benefício, contados da data de início do benefício.

§ 4° Não havendo manifestação formal do Assistido, o percentual ou o prazo do Benefício de Aposentadoria em vigor deve ser mantido no exercício seguinte.

§ 5° Na data da concessão do benefício o Participante pode optar formalmente pelo recebimento de Abono Anual no mês de dezembro, podendo rever sua opção no mês a que se refere o § 3° deste artigo.

§ 6º O valor do Abono Anual, caso o participante tenha optado, é equivalente ao valor do Benefício de Aposentadoria do mês de dezembro.

Art. 26. Ressalvado o primeiro ano de concessão, o Benefício de Aposentadoria é composto por 12 (doze) parcelas a cada ano, pagas pela Entidade até o (dia de referência) (dia de referência por extenso) dia útil do mês subsequente ao de competência.

Art. 27. Se, a qualquer momento, o Benefício de Aposentadoria resultar em valor inferior a R$ (valor) (valor por extenso) o saldo remanescente da Conta de Assistido deve ser pago à vista, em parcela única. [opcional]

§ 1° Observados os limites definidos nos incisos I e II e no § 1º do artigo 25, o Assistido pode alterar a forma de recebimento do benefício, bem como o percentual ou o prazo, conforme o caso, a fim de que a renda resulte em valor superior ao limite previsto no **caput**.

§ 2° O esgotamento do saldo da Conta de Assistido implica a extinção de todo e qualquer compromisso da Entidade para com o Participante e seus Beneficiários, salvo se o participante contratou cobertura por sobrevivência. [opcional].

Art. 28. O Benefício de Aposentadoria se extingue:

I - com a morte do Assistido; ou

II - findo o saldo da Conta de Assistido, inclusive nas hipóteses de pagamento único.

Parágrafo único. Em caso de falecimento do Assistido e na inexistência de Beneficiários, o saldo remanescente da Conta de Assistido deve ser pago aos herdeiros mediante a apresentação de documento pertinente.

**Seção II - Do Benefício por Invalidez**

Art. 29. Ocorrendo a invalidez do Participante, inclusive na condição de Autopatrocinado ou Vinculado, o Participante faz jus ao Benefício por Invalidez, calculado na forma prevista nos artigos 24 e 25.

§ 1° Para o recebimento do Benefício por Invalidez o Participante deve comprovar a invalidez mediante carta de concessão do benefício de aposentadoria por invalidez junto ao regime de previdência social a que estiver vinculado.

§ 2º Se o Participante estiver em gozo de outra modalidade de aposentadoria pelo regime de previdência social ou se não estiver vinculado a algum regime previdenciário, a invalidez pode ser comprovada por meio de laudo emitido por médico indicado pela Entidade.

§ 3º Na ocorrência de invalidez do Participante que tenha optado pela Parcela de Risco e/ou Parcela Adicional de Risco, a indenização paga pela sociedade seguradora à Entidade deve ser adicionada ao saldo da Conta de Assistido, nos termos do § 5º do art. 20.[opcional]

**Seção III - Do Benefício por Morte de Participante ou de Assistido**

Art. 30. Ocorrendo o falecimento do Participante, inclusive na condição de Autopatrocinado, Vinculado ou Assistido, seus Beneficiários fazem jus ao Benefício por Morte do Participante ou Assistido, calculado com base no saldo da Conta de Assistido, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 6º e calculado na forma prevista nos artigos 24 e 25.

§ 1° Ocorrendo o falecimento de Participante ou Assistido sem Beneficiários, o saldo existente nas respectivas contas deve ser pago aos herdeiros legais do Participante, mediante a apresentação do documento pertinente.

§ 2º Na eventualidade da ocorrência de morte do Participante ou do Assistido que tenha optado pela Parcela de Risco e/ou Parcela Adicional de Risco, a indenização paga pela sociedade seguradora à Entidade deve ser adicionada ao saldo da Conta de Assistido, nos termos do § 5º do art. 20.[opcional]

# CAPÍTULO VII - DA CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA [opcional]

Art. 31. As coberturas da Parcela de Risco, da Parcela Adicional de Risco ou da Cobertura por Sobrevivência são condicionadas a existência de contrato vigente entre a Entidade e sociedade seguradora ou resseguradora. [opcional]

§ 1º A Entidade, ao celebrar contrato com a sociedade seguradora, nos termos da legislação vigente, assume a condição de representante legal dos Participantes. [opcional]

§ 2º Observada a legislação vigente, o contrato firmado entre a Entidade e a sociedade seguradora ou resseguradora, deve dispor, no mínimo sobre as condições de contratação, carência, vigência, renovação e eventual suspensão ou cancelamento da Parcela de Risco, da Parcela Adicional de Risco e da Cobertura por Sobrevivência. [opcional]

§ 3º A cobertura da Parcela de Risco será limitada ao resultado da multiplicação do valor da contribuição vigente na data da contratação ou renovação pelo número de meses necessários até a data de elegibilidade ao Benefício de Aposentadoria.[opcional]

§ 4º Os Participantes Facultativos, os Participantes Autopatrocinados e os Participantes Vinculados poderão optar somente pela Parcela Adicional de Risco. [opcional]

# CAPÍTULO VIII - DOS INSTITUTOS LEGAIS

**Seção I -Das disposições comuns aos Institutos**

Art. 32. A Entidade deve disponibilizar ao Participante, por meio físico ou eletrônico, e na forma estabelecida na legislação vigente, o extrato previdenciário para subsidiar a opção por um dos institutos previstos neste Capítulo, no prazo de trinta dias, contados da data do recebimento da comunicação da cessação do vínculo funcional ou da data do requerimento protocolado pelo Participante perante a Entidade.

Art. 33. O Participante deve exercer sua opção no prazo de xx (número por extenso, observado o mínimo de 30 dias) dias, contados da data do recebimento do extrato de que trata o art. 32, mediante preenchimento do Termo de Opção, fornecido pela Entidade por meio físico ou eletrônico.

§ 1° Na hipótese de questionamento, pelo Participante, das informações constantes do extrato previdenciário, o prazo para opção a que se refere o caput deve ser suspenso até que sejam prestados, pela EFPC, os esclarecimentos pertinentes, observado o prazo de trinta dias, contados da data do questionamento protocolado junto à Entidade.

§ 2° Transcorrido o prazo previsto no caput deste artigo sem manifestação expressa, o Participante tem presumida a opção pelo Benefício Proporcional Diferido, atendidas as demais condições previstas neste Regulamento.

§ 3° Caso o Participante não reúna as condições requeridas para o exercício do Benefício Proporcional Diferido, deve ser presumida a opção pelo Resgate Integral, devendo a Entidade adotar os procedimentos necessários para a quitação dos compromissos do Plano com o Participante.

Art. 34. É permitida a opção, pelo Participante, por mais de um instituto, de forma simultânea e combinada, desde que compatíveis, observadas as demais disposições deste regulamento.

**Seção II - Do Benefício Proporcional Diferido**

Art. 35. O Participante que perder o vínculo funcional com o Patrocinador, antes de preencher as condições exigidas para recebimento do Benefício de Aposentadoria, e tiver pelo menos (xx) (por extenso, máximo de 03 anos) de vinculação ao Plano [opcional], poderá optar pelo Benefício Proporcional Diferido assumindo a condição de Participante Vinculado.

Parágrafo único. A opção pelo Benefício Proporcional Diferido não impede posterior opção pelo Autopatrocínio, pela Portabilidade ou pelo Resgate.

Art. 36. A opção pelo Benefício Proporcional Diferido implica, a partir de assinatura do Termo de Opção de que trata o art. 34, na cessação de qualquer contribuição do Patrocinador, assim como da Contribuição Básica e da Contribuição de Risco [opcional] do Participante.

§ 1° O Participante Vinculado compartilha o custeio das despesas administrativas nos termos do § 2° do artigo 19.

§ 2° Ao Participante Vinculado é facultado o aporte de Contribuições Voluntárias e da Contribuição Adicional de Risco. [opcional]

Art. 37. O benefício decorrente da opção pelo Benefício Proporcional Diferido pode ser concedido a partir da data em que o Participante se tornar elegível ao Benefício de Aposentadoria, e é calculado na forma prevista nos artigos 24 e 25.

**Seção III - Da Portabilidade**

Art. 38. Ao Participante que não esteja em gozo de benefício é facultada a opção pela Portabilidade do seu direito acumulado para outro plano de benefícios de caráter previdenciário, operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora devidamente autorizada, na ocorrência simultânea das seguintes situações:

I - cessação do vínculo funcional do Participante com o Patrocinador; e

II - cumprimento da carência de (por extenso, máximo de 03 anos) de vinculação ao Plano.[opcional]

§ 1° O direito acumulado para fins de Portabilidade é equivalente ao Saldo Total do Participante apurado no último dia do mês da cessação do vínculo funcional ou do requerimento do Participante, nos termos do § 5° do art. 20.

§ 2° O Saldo Total é apurado de acordo com o valor da última cota patrimonial disponível na data da emissão do Extrato Previdenciário ou na data da efetiva transferência dos recursos financeiros, conforme o caso.

§ 3° Do Saldo Total apurado na forma do § 2° devem ser descontados eventuais débitos que o Participante detenha junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o Participante.

Art. 39. A opção pela Portabilidade é formalizada pela assinatura do Participante no Termo de Portabilidade, observadas as disposições da legislação aplicável.

Parágrafo único. A opção pela Portabilidade é exercida na forma e condições estabelecidas neste regulamento, em caráter irrevogável e irretratável.

Art. 40. Os recursos portados pelo Participante ou Assistido para este Plano são alocados na Conta de Portabilidade ou na Conta de Assistido, conforme o caso, observadas as disposições do art. 20.

Art. 41. Os recursos da Conta de Portabilidade, bem como aqueles decorrentes de Contribuição Adicional ou Voluntária de Participante não estão sujeitos ao cumprimento das condições definidas nos incisos I e II do art. 38 para nova portabilidade.

Art. 42. A Portabilidade dar-se-á mediante estrita observância dos normativos em vigor que tratem de portabilidade de recursos entre planos de benefícios de caráter previdenciário administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, por Entidades Abertas de Previdência Complementar - EAPC ou por sociedade seguradora, conforme o caso.

Art. 43. Os recursos financeiros devem ser transferidos de um plano de benefícios para outro em moeda corrente nacional, ficando vedado seu trânsito, sob qualquer forma, pelo Participante ou pelo Patrocinador.

Art. 44. Excetuado o disposto no art. 34, a opção pela Portabilidade acarreta o cancelamento da inscrição do Participante e de seus Beneficiários no Plano.

**Seção IV - Do Resgate**

Art. 45 O instituto do Resgate faculta ao Participante receber, durante a fase de diferimento, valor decorrente de recursos vertidos em seu nome ao plano de benefícios.

§ 1º É admitido o Resgate Parcial ou Integral de recursos, nas condições neste regulamento. [opcional]

§ 2º O direito ao Resgate é exercido na forma e condições estabelecidas neste regulamento, em caráter irrevogável e irretratável.

Art. 46. O pagamento do Resgate deve ser realizado até o último dia útil do mês subsequente ao da formalização da opção, em pagamento único, com possibilidade de diferimento em até noventa dias, ou, a critério do Participante, em até doze parcelas mensais e consecutivas, atualizadas pelo valor da última cota patrimonial disponível.

§ 1º Na hipótese de opção pelo parcelamento do Resgate Integral e de falecimento do Participante antes do final do prazo de pagamento, o valor remanescente devido deve ser pago em parcela única aos respectivos Beneficiários ou, na ausência destes, aos herdeiros legais.

§ 2º O pagamento único ou o da última parcela do valor do Resgate Integral extingue definitivamente todas as obrigações da Entidade em relação ao Participante e a seus Beneficiários.

Subseção I - Do Resgate Integral

Art. 47. O Participante que perder o vínculo funcional com o Patrocinador e não estiver em gozo de Benefício de Aposentadoria tem direito ao Resgate Integral.

Parágrafo único. A suspensão do contrato de trabalho decorrente de invalidez de Participante é equiparada à perda de vínculo funcional a que se refere o caput, sendo assegurado ao Participante a opção pelo pagamento do Resgate Integral.

Art. 48. O valor de Resgate corresponde a 100% (cem por cento) do saldo da Conta de Participante acrescido de um percentual do saldo da Conta de Patrocinador, conforme tabela a seguir, e será pago de acordo com o valor da cota do último dia do mês imediatamente anterior à data do efetivo pagamento.

|  |  |
| --- | --- |
| Tempo de Vinculação {“ao Plano” ou “aoPatrocinador”} | % Aplicável sobre a Conta de Patrocinador |
| Até [ nº de anos] ano(s) de vinculação | [Percentual aplicável] % |
| De [ nº de anos] ano(s) a [ nº de anos] devinculação | [Percentual aplicável] % |
| (…) | (…) |
| Acima de [nº de anos) anos de vinculação | [Percentual aplicável] % |

[opcional]

Art. 49 Ao valor apurado nos termos do art. 48 deve ser:

I - acrescido o saldo da subconta de entidade aberta da Conta de Portabilidade; e

II - descontados eventuais débitos que este detenha junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o Participante.

Parágrafo único. A restituição do saldo da subconta de entidade fechada da Conta de Portabilidade deve ser efetivada por meio de portabilidade para outro plano de benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano.

Subseção II - Do Resgate Parcial [opcional]

Art. 50. Ao Participante é permitido, durante a fase de diferimento e sem necessidade de rompimento do vínculo funcional com o Patrocinador, o resgate dos seguintes recursos:

I - valores alocados na subconta de entidade aberta da Conta de Portabilidade;

II - valores alocados na subconta de entidade fechada da Conta de Portabilidade, desde que cumprido o prazo de carência de trinta e seis meses da data da portabilidade, sendo vedado o resgate das parcelas correspondentes às contribuições de Patrocinador;

III - Subconta de Participante - SCPA; e

IV - Subconta de Participante - SCPB, 2limite de até vinte por cento dessas contribuições.

§ 1° A carência referida no inciso II é dispensada no caso de valores oriundos de portabilidade de recursos que tenham sido constituídos em planos instituídos por instituidor.

§ 2º O exercício do Resgate Parcial previsto no inciso IV está sujeito às seguintes condições:

I - carência de sessenta meses para o primeiro Resgate Parcial, a contar da data de inscrição do Participante no Plano; e

II - carência de trinta e seis meses para cada Resgate Parcial posterior, a contar da data do último Resgate Parcial efetuado.

§ 3º O primeiro Resgate Parcial dos valores previstos no inciso IV do caput deve ser efetuado sobre o valor do saldo da Subconta de Participante - SCPB e, para os Resgates Parciais posteriores, sobre o montante das contribuições básicas vertidas ao Plano pelo Participante desde a data do último Resgate Parcial efetuado.

Art. 51 Por ocasião do pagamento do Resgate Parcial previsto no art. 50, serão descontados eventuais débitos que este detenha junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o Participante.

**Seção V - Do Autopatrocínio**

Art. 52. É facultado ao Participante manter o valor de suas contribuições e as do Patrocinador em caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos benefícios previstos no Regulamento nos níveis correspondentes àquela remuneração, mediante opção pelo Autopatrocínio assumindo a condição de Participante Autopatrocinado.

§ 1° A cessação do vínculo funcional com o Patrocinador é entendida como uma das formas de perda total da remuneração recebida.

§ 2° A opção pelo Autopatrocínio não impede posterior opção pelo Benefício Proporcional Diferido, pela Portabilidade ou pelo Resgate.

§ 3° É facultado ao Participante Autopatrocinado alterar o percentual de contribuição, mediante requerimento por escrito, observada a periodicidade estabelecida no § 1º do artigo 15 e os limites fixados neste Regulamento.

§ 4° O Salário de Participação do Participante Autopatrocinado deve ser aquele definido no art. 14 deste regulamento.

§ 5° Após o desconto da Taxa de Carregamento, da Contribuição de Risco e da Contribuição Adicional de Risco,[opcional] a totalidade das contribuições aportadas pelo Participante Autopatrocinado deve ser alocada na Conta de Participante.

Art. 53. Ao Participante Vinculado que posteriormente optar pelo Autopatrocínio são aplicadas as disposições do art. 52, sendo as contribuições devidas a partir da data do requerimento do Participante, observadas as condições estabelecidas no contrato de que trata o art. 31 para a Parcela de Risco, Parcela Adicional de Risco e para a Cobertura por Sobrevivência. [opcional]

# CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 54. A Entidade deve disponibilizar informações cuja divulgação esteja prevista na legislação, sem prejuízo da divulgação de outros informes.

Art. 55. Para fins de elegibilidade aos benefícios do plano e aos institutos, o tempo em que o Participante mantiver sua inscrição como vinculado deve ser computado como tempo de contribuição ao Plano.

Art. 56. Verificado erro no cálculo dos benefícios a Entidade fará revisão do benefício por meio de ajuste no valor das parcelas futuras, considerando o saldo remanescente da Conta de Assistido e a forma de pagamento escolhida.

Art. 57. Nos casos em que o Participante ou o Beneficiário for incapaz, por força de lei ou de decisão judicial, o benefício deve ser pago ao seu representante legal.

Art. 58. É vedada a outorga de poderes irrevogáveis para a percepção dos benefícios previstos neste Regulamento.

Art. 59. Este Regulamento somente pode ser alterado mediante aprovação do órgão estatutário da Entidade e da autoridade governamental competente.

Art. 60. Os recursos remanescentes verificados na Conta de Patrocinador que não forem utilizados para o Resgate, são destinados à constituição de um fundo previdencial e utilizados pelo Patrocinador como fonte de recursos para aporte futuro da respectiva Contribuição Básica, Contribuição Voluntária ou Contribuição de Risco, conforme definido pelo órgão estatutário competente da Entidade.

Art. 61. Sem prejuízo dos benefícios, prescreve em cinco anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 62. Os casos omissos devem ser decididos pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Art. 63. Este regulamento e sua alteração subsequente entrará em vigor na data de aprovação pelo órgão governamental competente.

1. Para enquadramento em licenciamento automático, a ENTIDADE deve utilizar o presente modelo com alterações **exclusivamente** nos campos destacados. [↑](#footnote-ref-1)
2. Este parágrafo somente deve ser inserido em regulamentos de planos de benefícios que optarem pela possibilidade de oferecer a adesão automática a participantes vinculados a apenas alguns de seus patrocinadores. Se a decisão for de ofertar a adesão aos participantes de todos os patrocinadores do plano, não há a necessidade de inserir este parágrafo no regulamento. [↑](#footnote-ref-2)
3. Nos termos na Nota Técnica SEI nº 8132/2022/ME, o percentual da Contribuição Básica deve observar um intervalo mínimo de 6% da remuneração do servidor, para participante e patrocinador. [↑](#footnote-ref-3)
4. Nos termos na Nota Técnica SEI nº 8132/2022/ME, o percentual da Contribuição Básica deve observar um intervalo mínimo de 6% da remuneração do servidor, para participante e patrocinador. Devem ser evitadas alíquotas de responsabilidade do patrocinador acima de 13,5%. [↑](#footnote-ref-4)